


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1001545-20.2015.8.26.0566**

Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Sistema Remuneratório e Benefícios**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**RELATÓRIO**

**VANDERLEI APARECIDO FLORENCIO RIBEIRO** propõe(m) ação contra **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO** pedindo a condenação ao pagamento do abono de permanência, a partir da data em que preenchidas as exigências para a aposentadoria voluntária e aquela em que o abono de permanência foi ou vier a ser implementado, ou ainda a data em que completadas as exigências para a aposentadoria compulsória.

A parte ré foi citada e contestou (fls. 60/78) sustentando que os militares somente adquiriram o direito ao abono de permanência com a Lei Complementar Estadual nº 1249/2014, vez que o art. 40, § 19 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 41/2003, não se aplica aos militares.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

Os policiais militares fazem jus ao abono de permanência.

A Lei Complementar Estadual nº 943/2003, também aplicável aos militares por força do art. 2º, IV, concedia, no seu único artigo da disposição transitória, a **isenção do recolhimento da contribuição previdenciária** para o agente público que "tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária ou vier a completá-las, de acordo com a legislação vigente, e que permanecer em atividade no serviço público".

Nota-se que os militares, no Estado de São Paulo, já desde aquela época, **não foram preteridos de benefício instituído em favor de quem, podendo aposentar-se, opta por não fazê-lo.**

Nesse sentido, não há razão para se supor que a regra instituída pela Emenda Constitucional nº 41/2003, inserindo § 19 no art. 40 da Constituição Federal, não se aplique aos militares do Estado de São Paulo.

Com efeito, aquele dispositivo dispõe que o servidor "que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária ... e que opte por permanecer em atividade fará jus a um **abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária** até completar as exigências para aposentadoria compulsória".

Nota-se que a função, no sistema, da isenção do recolhimento da


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

contribuição previdenciária, e do abono de permanência, é exatamente a mesma: **propiciar ao agente público que, podendo, não se aposentou, vantagem patrimonial na exata extensão da contribuição previdenciária, até a sua aposentadoria compulsória.**

Logo, por interpretação sistemática se conclui: se os militares tinham direito à isenção da contribuição previdenciária, tem também ao abono de permanência.

Frise-se que **a norma constitucional é de eficácia imediata.** Sua redação denota a desnecessidade qualquer regulamentação, por indicar todos os pressupostos necessários para a sua aplicação.

Não bastasse, em São Paulo, a partir da entrada em vigor da Lei Complementar Estadual nº 1.012/2007, indiscutível que os militares tiveram expressamente garantido o abono – outrora decorrente da norma constitucional interpretada em conjunto com legislação estadual.

De fato, o art. 11 dessa lei assegura o direito de permanência aos servidores, enquanto que o art. 13, parágrafo único garante aos servidores militares as regras previstas nos arts. 8º e seguintes: ou seja, inclusive a do art. 11.

No sentido da presente sentença, a jurisprudência amplamente majoritária do TJSP: Ap. 0031858-36.2013.8.26.0053, Rel. Osvaldo de Oliveira, 12ª Câmara de Direito Público, j. 15/06/2015; Ap. 3000955-05.2013.8.26.0590, Rel. Manoel Ribeiro, 8ª Câmara de Direito Público, j. 13/05/2015; Ap. 1022753-81.2014.8.26.0053, Rel. Claudio Augusto Pedrassi, 2ª Câmara de Direito Público, j. 07/04/2015; Ap. 0019084-08.2012.8.26.0053, Rel. Cristina Cotrofe, 8ª Câmara de Direito Público, j. 10/09/2014; Ap. 0020337-06.2011.8.26.0590, Rel. Danilo Panizza, 1ª Câmara de Direito Público, j. 11/03/2014.

No caso, é incontroverso que o autor preencheu os requisitos para a aposentadoria no dia 26 de março de 2013, de forma que faz jus ao abono de permanência.

O abono de permanência tem caráter remuneratório, não indenizatório. Integra a base de cálculo do imposto de renda. Todavia, sobre ele não incide contribuição previdenciária, considerada a sua própria função, indicada nesta sentença.

### **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, **julgo procedente** a ação e CONDENO a ré a pagar ao autor os valores nominais indicados na tabela de fls. 18/19, com atualização monetária a partir de cada vencimento (*data em que o abono de permanência deveria ter sido pago*), e juros moratórios desde a citação.

Resolvidas as questões de ordem e modulados os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, pelo E. STF, na ADIN 4.357, em 25/03/2015, observa-se que (a) a correção monetária dar-se-á pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR) até 25.03.2015; a partir daí, pelo Índice de Preços ao


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Consumidor Amplo Especial - IPCA-E (b) os juros moratórios corresponderão aos juros incidentes sobre a caderneta de poupança.

Saliento que a apuração do valor depende de mero cálculo aritmético.

Quando do pagamento único, serão retidos os montantes devidos a título de imposto de renda, mês a mês.

Deixo de condenar a ré ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios ante o que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**